

35º Encontro Anual da Anpocs

GT20 - Metamorfoses do rural contemporâneo

Titulo do Trabalho: Assalariamento rural no interior de São
Paulo: um estudo sobre migrações e identidades

Nome da autora: Lidiane Maria Maciel

Co-autora: Rosana Baeninger

ASSALARIAMENTO RURAL NO INTERIOR DE SÃO PAULO: UM ESTUDO SOBRE MIGRAÇÕES E IDENTIDADES¹

Lidiane M. Maciel²
Rosana Baeninger³

Introdução

Esse texto apresenta resultados de uma pesquisa realizada em São Carlos/SP entre trabalhadores rurais migrantes. O objetivo é caracterizar as identidades desse grupo de trabalhadores e seus movimentos consonantes com a dinâmica do trabalho nas lavouras de laranja na região central do estado de São Paulo. Foram realizadas 15 entrevistas semi-estruturadas, entre junho de 2010 e março de 2011, com esses trabalhadores as quais focaram suas histórias de vida e percepção sobre suas condições de vida e de trabalho

A população em questão é composta por migrantes permanentes, pois, diferentemente do que é demonstrado na literatura sobre trabalhadores rurais do agronegócio no estado de São Paulo (SILVA, 1998; ALVES, 2008), esse habitam permanentemente os bairros de Antenor Garcia e Cidade Aracy II no município de São Carlos. Atualmente parte desses migrantes formam uma população pendular⁴, pois se assalariam nas cidades vizinhas, nas safras de laranja, café, goiaba e cana-de-açúcar.

A partir de achados de campo verificou que a população envolvida nesses trabalhos rurais tem trajetórias de vidas marcadas pelas sucessivas migrações realizadas nos últimos 30 anos. Suas localidades de origem se confundem com a própria dinâmica das migrações, são baianos, pernambucanos e paraibanos que migraram anteriormente para norte de Minas Gerais; mineiros que viveram longos períodos no Paraná, e paranaenses, mineiros, pernambucanos, baianos que migraram para a cidade de São Paulo nos anos de 1960, 1970, e 1980. E também indivíduos que realizaram migrações de curta distância ao longo de suas vidas e por fim vieram para a cidade de São Carlos,

¹ Estudo realizado no âmbito do Projeto Temático da FAPESP “Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo” (NEPO/UNICAMP).

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia – Unicamp.

³ Profa. Dra do Departamento de Demografia-IFCH e do Programa de Pós-graduação em Sociologia – Unicamp.

⁴ O conceito de “movimentos pendulares” é utilizado para designar os movimentos cotidianos das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo.

atraído por redes de relacionamentos e pela possibilidade de “melhora” qualitativa nos padrões de vida.

A condição de trabalhador rural urbano, muitas vezes, deriva 1) da impossibilidade de inserção nas atividades do setor de serviço e industrial marcados pela produção tecnológica; 2) das condições de trabalho valorizadas nas roças de laranja em detrimento as condições dos trabalhos urbanos, e 3) da relação anterior com o campo que muitos migrantes possuem.

Somando a dinâmica do mundo do trabalho a valorização de aspectos da cultura de outras localidades é presente na trajetória dos migrantes que chegaram aos bairros da Grande Aracy na década de 1980, 1990 e 2000. Os diversos deslocamentos ora os distanciam dos seus locais de origem, ora os aproximam. A identidade migrante nesse contexto se constrói na dinâmica de seus deslocamentos, e no acúmulo de referências.

Os migrantes quando questionados sobre seus locais de origem levam em consideração um conjunto de fatores que não necessariamente se encontram atrelados ao local de nascimento. Os migrantes, trabalhadores rurais ou trabalhadores urbanos são lançados em um “ir” e “vir” constante que os insere em outros padrões de relacionamento que moldam novas identidades alterando a maneira de manipularem os espaços sociais de vida. Para esse trabalho as sucessivas migrações e o mundo do trabalho, urbano e rural, marcam definitivamente as identidades desses indivíduos.

1. Arregimentação e contratação: a ação dos turmeiros e processo de trabalho

A contratação das turmas para o trabalho é geralmente feita por “turmeiros (as)”, muitas vezes, ex-trabalhadores rurais moradores do próprio bairro. O anúncio é feito no comércio local através de cartazes e por meio de carro de som que sinaliza a contratação, ou de modo individual, com a visita do turmeiro na casa dos trabalhadores que fizeram a safra anterior.

Para agenciar mão de obra é preciso mais do que simplesmente um capital inicial para compra do caminhão ou ônibus que transportará a turma. Seguindo o argumento de Stolcke (1985),

O turmeiro deve inicialmente ganhar a confiança dos trabalhadores assim como dos fazendeiros ou seus administradores, e para isso é preciso ter muita experiência no trabalho agrícola. O respeito de que desfruta um turmeiro entre seus trabalhadores depende, em larga

medida, de sua capacidade de coordenar e impor uma disciplina de trabalho. Da qualidade do serviço que ele é capaz de oferecer dependem também suas oportunidades de encontrar trabalho para a turma e em uma boa fazenda, em termos de salários e condições de trabalho. (p.248).

A reputação do turmeiro, como em Stolcke (1985), ainda depende de sua capacidade de assegurar o melhor salário, no caso da colheita da laranja o melhor preço da caixa e as melhores condições de trabalho. É comum os colhedores reclamarem da roça a qual os turmeiros os levam, ou da pouca capacidade da empresa que o turmeiro intermediou o contrato em resolver questões trabalhistas. O renome do turmeiro também será medido pelo número de trabalhadores bons que consegue arregimentar.

Como em Menezes (2002) os arregimentadores apóiam-se em redes informais de parentesco e amizade, as quais “são os canais através dos quais o arregimentador seleciona os bons trabalhadores. Por outro lado, as redes representam também, o espaço onde os trabalhadores trocam opiniões e informações sobre uma diversidade de aspectos relacionados à plantations canavieira e praticam formas de resistência espontânea, individuais ou coletivas. (p.131)”.

Na colheita da laranja as redes de amizade e vizinhança como em Menezes (2002) também atuam como forma de resistência, por elas circulam informações sobre a reputação do turmeiro, sobre a firma que eles estão vinculados, e principalmente sobre as condições de trabalho a qual submete seus contratados. Dependendo do tipo de informação que circula nessa rede os turmeiros tem mais ou menos dificuldade para montar a turma. Alguns turmeiros que possuem reputação deteriorada apostam no desconhecimento do trabalhador sobre sua fama para conseguir arregimentá-lo. Eles também concorrem com outros mercados de trabalho, principalmente o urbano a qual esses trabalhadores também se vinculam. Muitas vezes é entre os desempregados, sem perspectiva alguma de emprego urbano, que os turmeiros conseguem formar sua turma.

Após o recolhimento das carteiras pelo turmeiro (a), segue o processo de contratação pela empresa. Inicialmente é feito um exame de admissão que deseja verificar as condições de saúde do candidato⁵. Porém, a pré-seleção realizada pelo turmeiro (a) ajuda no processo de contratação. No caso dos turmeiros que fazem uma pré-seleção criteriosa, é verificada no caso dos trabalhadores que atuaram na safra

⁵ O exame físico contempla medição de pressão, peso, altura, e no caso das mulheres pergunta-se o último dia da menstruação, e na contratação de 2011 considerou-se também uma avaliação psicológica.

anterior, a produtividade e a quantidade de atestados solicitados. Porém, o que mais conta na seleção é o comportamento que o trabalhador tem em relação à turma, pois se acredita fielmente que ele influencia na produtividade do trabalhador.

No desenvolvimento desta pesquisa foram entrevistados um turmeiro e uma turmeira, João Carlos e Marlene (53 e 55 anos, casados) trabalham na laranja como turmeiros e fiscais, ele “Paraíba”, como é conhecido localmente, e Marlene são paraibanos, ele migrou para São Paulo em 1970 e voltou dois anos depois para se casar com Marlene. Depois de casados migraram, da cidade de Cachoeirinha (PB), do sítio paterno, para São Carlos, a escolha dessa cidade foi motivada pela rede familiar e de amizade aqui já estabelecida. O irmão mais velho já morava em São Carlos há algum tempo. Nos primeiros anos em São Carlos João Carlos trabalhou na Companhia Brasileira de Tratores, do grupo Pereira Lopes, mas, segundo seu relato as condições precárias de trabalho o forçaram a pedir demissão.

Marlene, casada com João Carlos, atua na safra da laranja há 5 anos. Antes de ir fazer a safra trabalhou de empregada doméstica até convencer ele deixá-la ir. A parceria que faz com o marido é de longa data, o auxílio prestado ao marido é considerado por ela como essencial para o bom desenvolvimento do trabalho. Atualmente é ela quem ajuda João Carlos a controlar a produção de sua turma, pois ela tem “*mais estudo*” do que ele, porém como segue o relato abaixo Marlene reconhece que sempre esteve prestando auxílio ao trabalho desenvolvido por ele.

“Eu convenci ele, a me deixar ir. Assim, se eu fosse contar a história de minha vida daria um filme, porque quando minhas crianças eram pequenas eu não podia ir. Mas mesmo assim, eu não estava lá na roça, mas é como estivesse. Se ele fosse numa fazenda mais longe, e tinha que acordar às 4 da manhã, eu estava ali, preparando café e a comida, aí depois eu comecei a trabalhar de doméstica, até quando eu aguentei. Depois eu fiquei muito enjoada, a gente só pega dor e friagem e não tem valor. E na roça no final do ano você tem os direitos, o seguro desemprego.”

Para o marido, apesar do trabalho em casa de família ser pesado e “sofrido”, ele imaginava ser melhor que estar na roça, porém depois de vários relatos e reclamações da esposa entendeu que a mesma situação precária que ele encontrou no trabalho urbano no passado, a esposa poderia estar sofrendo, assim de fato legitimou a parceria para o trabalho rural.

Para a contratação da turma, João Carlos, conta com seu capital social. Antes do início da safra, “*bate em porta em porta*”, a seleção é feita de maneira criteriosa. Como verificado em uma entrevista com uma colhedora de sua turma e em outras conversas informais. João Carlos representa a figura do turmeiro “Justo”, e exerce sobre os trabalhadores um tipo de dominação que parte dos valores morais e éticos e não de ordenamentos legais ou burocráticos. Ele e sua esposa são padrinhos dos filhos de alguns contratados.

Já Izabel, turmeira e fiscal, 45 anos, atua na laranja há 5 anos, tem 4 filhos, dois meninos e uma menina. É natural de Minas Gerais, porém na década de 1980 migrou para o Paraná e por fim, há 15 anos está em São Carlos. Possui dois ônibus ambos utilizados para “puxar” turma. Na entrevista realizada com ela foram poucos os dados biográficos que tive acesso, a turmeira prefere focar no processo de trabalho.

Considera ao trabalho rural como uma forma de “*Escape, quando não se tem emprego na cidade, toca-se para a laranja*”, seus anúncios (impressos em formas de cartazes) são postos nos bares e mercados do bairro. No mês de maio de 2011 o seguinte anúncio sonoro foi veiculado no bairro:

“E ai pessoal vamos trabalhar, estamos contratando colhedor de laranja, homem e mulher, os interessados favor comparecer na Avenida (x), número (y)⁶, com carteira de trabalho e falar com Izabel”

Izabel é considerada por alguns trabalhadores que já fizeram safra com a mesma, como turmeira que está do lado do patrão, e pelo tempo de atuação na contratação não conseguiu ainda criar vínculos que aumentasse seu capital social, que poderia ser utilizado para contratação. Como diz em entrevista “*contrato quem precisa, quem vem me procurar*”.

São pelos menos cinco turmeiros que contratam nos bairros que compõe a Cidade Aracy, muitos utilizam de ambas as práticas de anúncio para a arregimentação. Colam cartazes pelos bairros e acionam a rede de relações sociais para a formação da turma. Esse trabalho envolve muitas vezes a família: pai, mãe e filhos dividem as tarefas de organização, transporte e fiscalização da produção.

É possível verificar, quando se trata do trabalho na laranja e no café, uma quantidade expressiva de mulheres, o recorte de gênero parece ser significativo para

⁶ Alguns dados foram suprimidos para garantir a mínima preservação de identidade dos participantes da pesquisa, mesmo em alguns momentos sendo quase impossível.

este tipo de trabalho, as comparações com os canaviais são sempre lembradas pelas mulheres. E a contratação de mulheres pelas turmeiras e turmeiros leva em considerações as identidades de gênero que as definem, o cuidado com a planta e a ideia de “mulher batalhadora” é sempre presente nos relatos. Izabel e João Carlos dizem não fazerem distinção entre a produtividade dos homens e das mulheres, ambos consideram que na colheita os níveis são muito parecidos, o que difere do trabalho no corte da cana, na qual a preferência por homens jovens é um fato (NOVAES, 2009).

1.1 O trabalho familiar: Arranjos e disputas

O trabalho de campo dessa pesquisa constatou que são muitas as famílias que se assalariam na colheita da laranja, goiaba, e café. Encontramos casais, filhos e mãe, famílias inteiras, e avós e netos. Esse dado nos lembrou Solcke (1986) e Silva (1998) que em seus estudos valorizaram que na passagem do trabalho rural do colonato para o trabalho oferecido pelo agronegócio, aos trabalhadores rurais migrantes ou volantes, ocorreu à dissolução do trabalho familiar em prol do trabalho individualizado.

Nessa passagem todos os membros eram contratados por valores diferentes e não interessava ao grande capital o trabalho familiar, o que rompeu com a dominação masculina do “pai-patrão”, e de algum modo promoveu novos arranjos familiares na medida em que emergia novos conflitos. Para Silva (1998) ao capital “interessa-lhe, sim, o trabalho individualizado, cooperativo, hierarquizado e controlado por outros que não mais o chefe de família” (p.101). No colonato, seguindo o argumento de Stolcke (1986), a autoridade do marido/pai sobre a família surgia da imposição e coordenação do trabalho que impunha aos filhos e esposa.

Consolidada essa passagem do trabalho rural familiar para o trabalho individualizado do agronegócio, concordamos que muitas assimetrias de gênero e geracionais foram rompidas, porém, devemos ainda considerar que essa individualização da qual fala as autoras deve ser relativizada. As famílias de trabalhadores rurais da colheita da laranja dos bairros da região da Cidade Aracy, por exemplo, vivenciaram esse processo, porém, o fato do trabalho agora ser formalmente individualizado nem sempre demonstrou que os ganhos e a liberdade do uso dos mesmos, bem como a divisão das tarefas – quando encontrasse na mesma roça – passe por essa clivagem. O trabalho é controlado por duas figuras, o fiscal de turma e o fiscal de produção, porém, na dimensão micro do trabalho, o que esses trabalhadores mais relataram nas entrevistas fora o trabalho cooperativo entre os familiares e os conflitos

que isso gera quando não é. A presença do pai, da mãe ou avós, ainda exerce certa autoridade sobre a gestão do trabalho.

Seguindo o raciocínio de Josi (22 anos, ex-trabalhadora rural), Cilene, (39 anos, trabalhadora rural) e de tantas outras, se todos os ganhos vão para o mesmo lar não faz sentido trabalhar individualmente no mesmo espaço. O projeto familiar de melhora qualitativa de vida parece ser central nessa decisão.

O trabalho em parceria na laranja é bem conhecido, muitos homens vão acompanhados de suas esposas, e algumas mulheres chegam a levarem filhos adolescentes, que geralmente estudam a noite. Como Irene (38 anos, paranaense, moradora do bairro de Antenor Garcia)

“Meu marido não trabalha na laranja e ele não liga de ir e levar o menino. Levo ele porque percebia que ele ficava muito desanimado em casa, pelo menos lá vejo ele animado, ganhando um dinheirinho, gosto de ir ganhar meu dinheiro ter mais autonomia, não depender somente do dinheiro do marido, que é pouco também” (Irene).

Irene tem três filhos, duas meninas e um menino, o fato de querer ganhar seu dinheiro e não depender tanto do marido está relacionando a perspectiva de vida que como me conta começou a desenvolver após a migração. Antes de se mudar trabalhava como o marido na terra do pai, no Paraná. Sua trajetória ocupacional oscila entre o trabalho doméstico e rural, antes como pequenos agricultores e hoje como diarista nas diversas colheitas da região. Irene considera que a vida no sítio é muito cooperativa e então não tem como ter renda separada, o que para ela muda na cidade, mesmo todos os ganhos sendo direcionados para casa a divisão é clara, pois ela e o marido estão envolvidos em atividades em espaços diferenciados.

Porém, o trabalho como o filho, Fábio 19 anos, é cooperativo, e os ganhos divididos entre eles. Esses ganhos não são somente usufruídos individualmente, a dimensão da casa sempre é levada em consideração por ambos. A gestão individual do trabalho e dos ganhos parece ser somente realizada na medida em que há o desarranjo familiar e o estabelecimento de nova residência.

Assim verificamos que a solidariedade familiar da casa ou dos antigos tempos se reproduz na roça, a competição entre familiares do mesmo núcleo é pouco valorizada. Muitos trabalhadores concordam que o trabalho em parceria é melhor, pois diminuí a quantidade de tarefas a ser realizadas o que cansa menos. Porém, como

lembrado por Dona Maria (64 anos, ex-trabalhadora rural da laranja, migrante do Mato Grosso do Sul), muitas vezes o trabalho cooperativo não deixa de ser conflituoso:

“Olha menina, quando comecei a ir para roça ia eu, meu marido, e meu filho-neto, trabalhávamos todos juntos, depois que meu velho quebrou a clavícula e não voltou mais, comecei a colher com esse meu neto, mas aí ele começou a folgar de mais, oh bicho preguiçoso, aí mandei ele ir colher sozinho”.

No momento da entrevista, o neto de Dona Maria, chegara em casa, e ambos dando risadas sobre a situação me explicam o processo, que na época fora conflituosa, mas não o suficiente para promover o desarranjo familiar. A autoridade da avó frente ao neto, por ela criado, baseada na reciprocidade hierárquica é bastante significativa.

1.2 As condições de trabalho

Rever o processo de contração dessa força de trabalho torna-se importante na medida em que o trabalho oferecido pela colheita de cítricos vem se alterando nas últimas décadas. O movimento global de mudança econômicas e a inserção dessas colheitas nos grande conglomerados internacionais modificou a dinâmica do trabalho, bem como a atuação rígida do Ministério do Trabalho na fiscalização das condições de trabalho e formalização da prática em prol do cumprimento da lei 5.889/73. Seguindo os dados do campo dessa pesquisa, mesmo atualmente contando com um número significativo de trabalhadores sem registro eles não formam mais a maioria com em outros tempos.

Os turmeiros – Encarregados de Turma – nos anos 1990 eram conhecidos como “Gatos” e são muitos os relatos das condições precárias de trabalho bem como roubo da produção. Cilene (38 anos, colhedora) conta-nos que em 1995 na sua primeira safra ela e sua turma, majoritariamente de nordestinos, mobilizaram um levante contra o turmeiro, alguns voltando para o norte e outros procurando outros turmeiros, deixando o turmeiro sozinho no meio da safra.

Os colhedores também eram responsáveis pela compra de luvas, sapatões, marmitas, e roupas para o trabalho. Não havia banheiros químicos, nem toldo e bancada para o almoço, que geralmente é montado rente ao ônibus. Muitos ainda relatam que preferem comer embaixo do pé de laranja, pois dependendo da rua que estão a bancada fica longe, e é cansativo se deslocar. Para esquentar a comida utiliza-se uma lata e querosene para fazer um pequeno fogareiro, porém é mais comum come-la fria.

São inegáveis os avanços nas condições de trabalho, porém a precarização ainda é presente seja na formalização do trabalho por tempo indeterminado que é determinado pelo tempo de safra, seja na própria prática, pois não são raras as quedas das escadas, alergias desenvolvidas pelo uso de agroquímicos para o controle de pragas na lavoura, picadas por animais peçonhentos, e dores outras causadas pelos movimentos repetitivos e pelo peso da sacola que é apoiada no ombro durante a colheita do fruto. O descer e subir a escada com a sacola cheia de frutos para depositar no “Bag”, sacola maior que fica rente ao pé que está sendo colhido, favorece o surgimento de dores lombares e outras. (SILVA, 2006).

Cilene (38 anos, colhedora), na entre safra do ano de 2010 para 2011, quando foi realizada uma segunda entrevista, estava fazendo fisioterapia na Unidade Básica de Saúde do bairro, para livra-se de dores na coluna ocasionadas pelo esforço repetitivo e diário das 12 safras já realizadas.

Situação parecida com a de Valentina (42 anos, colhedora), que conta-nos em entrevista que não irá fazer a safra no ano de 2011, pois precisar “descansar um pouco” e se tratar, pois desde que quebrou o braço ao cair da escada na safra de 2007, ainda sente muitas dores.

Estar na safra é cansativo, pois como a maioria das mulheres, Valentina está submetida à dupla jornada de trabalho, a frustração por não poder cuidar bem da casa é constante nos relatos.

“quando estou na safra é oito horas da noite estou na beira do tanque ou fazendo jantar, Olha meu marido me ajuda, mas não é a mesma coisa, se pede para lavar um quintal só joga uma água e diz que está pronto, não faz as coisas direito, se vai lavar a louça só dá uma passada por cima, apesar de que eu quando estou na safra não areio as panelas e aí vai ficando pro feriado para o fim de semana”

Valentina é migrante do Paraná, migrou em decorrência do casamento e em seu local de origem apesar da família ser de sitiantes ela não exercia atividade agrícola, trabalhava em um supermercado. O trabalho rural na cidade de destino surgiu da possibilidade de auferir ganhos que possibilitasse a construção da casa própria no bairro de Cidade Aracy II. A impossibilidade de arear as panelas, que representa a falta de cuidado com a casa torna-se uma pequena frustração cotidiana. Porém a necessidade de trabalhar é mais forte.

“Olha na laranja não tem essas frescura se você tem estudo vai, se não tem também vai, se tem dor ou não tanto importante, se tem experiência ou não também vai, diferente dessas firmas por ai (...) mas um dia estava trabalhando com chuva, e o sapatão com barro fica muito liso, ainda tinha passado tinta óleo na escada e ficou muito liso mesmo, ai quando subi eu escorreguei quando percebi virei de lado para não quebrar a coluna e foi por cima desse braço e o nervo saiu, eu fiquei afastada pelo INSS porque estava registrada”

Na última safra a firma, que contratou Valentina, *não pagou nenhum atestado*, porém todos eram registrados, para ela mesmo assim era melhor, pois caso acontecesse algum acidente estavam protegidos não pela empresa, mas pelo INSS, como afirma. Ainda relata que antigamente os turmeiros pegavam a carteira, mas não levavam para registrar e os trabalhadores somente ficavam sabendo no fim da safra quando ia fazer o acerto, situação que atualmente é impensável dado as ações do Ministério do Trabalho. Porém, como é visto a empresa sempre se apoiará nas brechas da legislação trabalhista para escaparem de algumas obrigações que oneram a atividade.

O Atestado médico pela falta ao trabalho constitui um importante elemento de disputa entre os trabalhadores e patrões. O número de atestados solicitados pelos trabalhadores é considerado na taxação do “bom” ou do “mau” trabalhador e influencia na contratação da próxima safra. Pegar atestado “suja” a fixa do empregado, frente à empresa, assim, as possibilidades encontradas são sair da colheita, ou trabalhar até “não aguentar mais”. Assim, é na época da entressafra que os trabalhadores (as), principalmente as mulheres vão ao médico.

Silva (2006), ao investigar as mortes e acidentes em canaviais e laranjais paulistas constatou que “não há uma política específica no combate à ocorrência de acidentes de trabalho, e a criação de uma política a esse respeito torna-se inviável, caso comprometa o rendimento dos trabalhadores no desempenho de suas funções. Cada trabalhador é obrigado a agir individualmente, como o apoio do Sindicato, na resolução de litígio ocorrido na esfera do trabalho” (p.26).

Assim a preocupação sempre recai sobre os níveis de produtividade do trabalhador. São a esses níveis sagrados que a preocupação da reparação da força de trabalho interessa. Assim Silva (2008) adverte que “o aumento do processo de precarização caminha lado a lado com o avanço técnico - científico, ambos presentes no setor de cítricos e sucroalcooleiro”. (p.2)

Somando os dados de campo dessa pesquisa, temos a partir de informações coletadas junto aos trabalhadores rurais do bairro Antenor Garcia, São Carlos - SP, que atualmente um “bom cortador” corta em média 14 a 19 toneladas por dia. E sabe-se a luz dos trabalhos de Silva (2006, 2008) que o ritmo é pautado pelas necessidades econômicas padecidas.

Segundo Marcos⁷ (26 anos morador do bairro Antenor Garcia e do alojamento de uma usina localizada entre São Carlos e Ibaté) a usina *obriga* a fazerem pausas do turno por causa da rigidez do sindicato:

“a usina obriga nós descansar, além disso, temos banheiros dados pela usina, mas nem sempre usamos, e todo para descansar na hora do almoço, mas não queremos parar, mas é necessário, pois quando o sindicato multa, todos recebemos “bronca” dos mais altos cargos aos mais baixos, nós os cortadores, o sindicato é bom por um lado, mas ruim por outro, pois não queremos parar”.

É bastante representativa a fala deste cortador, pois nos demonstrar a visão que tem do sindicato representado como um mal necessário que muitas vezes trava a produtividade por suas regras de trabalho, para esse trabalhador há a internalização da necessidade de “não parar”, da necessidade de superação e alcance de maiores ganhos, e para tal, há a valorização da competitividade entre os trabalhadores no eito.

A questão do comportamento deste “migrante” de diversas localidades é bastante sintomática, Marcos, nos relata que na safra de 2010 a usina, não arregimentou nenhum trabalhador do norte e nordeste, a contratação fora feita em Minas Gerais, e que mesmo morando em São Carlos, foi até Minas para ser contratado.

A justificativa mais conhecida fora que mesmo os “nortistas” tendo índices de produtividade relevantes e até maiores, eles causam muitos problemas para a cidade, pois os bares próximos ao alojamento são palco de constantes desentendimentos entre os trabalhadores, o que reflete nos índice de criminalidade da pequena Ibaté. Assim, tomando como referencia teórica o trabalho de Elias e Scotson (2000) os recém-chegados são portadores da desordem e devassidão moral. Desafiar os arregimentadores e ir para o bar, por exemplo, mostra-se dentro das estratégias de resistência cotidiana destes trabalhadores a exploração do trabalho que os expropria até mesmo as horas não

⁷ Os nomes dos participantes desta pesquisa foram modificados para preservar minimamente suas identidades. Condição esta estabelecida no momento da entrevista ou da conversa informal.

dedicadas ao trabalho, horas essas que devem ser dedicadas ao descanso para o trabalho, o tempo livre deve ser produtivo.

2. Entre o trabalho rural “com” e “sem” registro: a segmentação da força de trabalho

Como demonstrado no item anterior à contratação de trabalhadores rurais nos bairros da grande Cidade Aracy ocorre por meio da ação dos arregimentadores ou turmeiros (as) como são localmente conhecidos. Eles (as) são também moradores desses bairros e suas casas são localizadas nas partes mais centrais do bairro, geralmente são logo identificados, pois enfrente as suas casas ou nas proximidades encontramos ônibus com a denominação: “rurais”.

No caso da laranja, por atrás da ação dos turmeiros existem as empresas que negociam com os donos das fazendas a safra ou que possuem grandes fazendas de cítricos, elas também atuam como intermediárias nas relações entre trabalhadores (colhedores e turmeiros). Os trabalhadores considerados nesse campo são contratados para o trabalho na safra de cítricos das empresas *Louis Dreyfus Commodities*, *Cutrale*, e *Citrosuco*, do grupo Fisher. A última, aliás, está em processo de fusão com a *Citrovita*, do grupo Votorantim como divulgado pela revista “*Istó é dinheiro*”, em maio de 2010.

A Fisher segundo dados institucionais existe desde 1928 e dedica-se à produção e industrialização de laranja, atuando no cultivo, manejo, processamento, estocagem e distribuição do produto final exportando boa parte de sua produção. Com a fusão o grupo contará com empresas em Matão, Araras, Limeira, Catanduva e Bebedouro no estado de São Paulo e em Videira, Santa Catarina, ainda com a empresa Lake Wales, na Flórida (EUA); juntas terão a capacidade de produção equivalente a 25% do consumo mundial de suco de laranja, com faturamento anual de dois bilhões.

A americana Louis Dreyfus Commodities também aparece como contratante de trabalhadores rurais nessa região. A empresa é responsável por parte significativa do suco de laranja exportado do Brasil para os Estados Unidos. Segundo dados de campo a empresa arregimenta através dos turmeiros vinculados a Coimbra-Frutesp, alguns trabalhadores conhecem parcialmente seu caráter internacional, quando questionando sobre para quem trabalham alguns dizem, como Iracema (41 anos, colhedora de cítricos) que seu “*patrão é um tal de Louis Dreyfus que é americano*” . Nesse caso é necessário nomear o “patrão” que no caso é fictício Louis Dreyfus.

No campo considerado por essa pesquisa é presente dois tipos de trabalho. O trabalho devidamente regularizado pelo Ministério do Trabalho, conhecido como trabalho *com carteira*, e o trabalho *sem registro ou sem carteira*.

Atualmente o trabalho sem registro é realizado massivamente em propriedade de menor porte, cuja safra dura poucos meses atingindo menor medida a colheita laranja, e em maior grau a colheita do café e da goiaba.

O contrato de trabalho entre os trabalhadores (as) rurais dos bairros que compõe a Grande Aracy é por tempo indeterminado e formalizado pela lei 5.889/73, sancionada em 1973 em substituição ao Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. A nova lei deveria equipara os direitos dos trabalhadores rurais aos urbanos.

Para Stolcke (1985) as diferenças são sensíveis em relação ao Estatuto, a nova lei agora define o trabalhador rural em seu Artigo. 2º como “Empregado rural [que] é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, [que] presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário”. (p. 233, grifo meu). Ainda segundo autora essa lei ao invés de eliminar algumas deficiências observadas no Estatuto do Trabalhador Rural, como em relação à legalização dos trabalhadores eventuais, simplesmente os excluíram de maneira eficaz.

Para o trabalho do tipo eventual, seguindo dados de campo, não há formalizações, não há contrato, a lei n. 6.019, que define trabalhador eventual ou temporário não os contempla, são totalmente desprotegidos.

No caso dos trabalhadores formais, segundo parte do Contrato de Trabalho, a qual tive acesso em uma das entrevistas realizada, a remuneração do trabalhador será variável conforme a produção, que no caso da laranja se refere à quantidade de caixas colhidas, de dimensões internas de 52 cm x 32 x 30 cm de altura, respeitando a remuneração estabelecida pelo salário mínimo. Atualmente, como verificado na Carteira de Trabalho de alguns entrevistados, o valor da caixa colhida é de 0,32 centavos. O contrato prevê ainda que o preço da caixa colhida será determinado considerando-se a quantidade de frutas por árvore; tamanho das mesmas; o tamanho da fruta; e por fim a quantidade de frutas por árvore de cada talhão.

A “caixa” é o modo antigo de se referirem ao local que armazenam a laranja, pois atualmente usa-se uma sacola que é pendurada ao corpo facilitando o trabalho de subir e descer a escada que ajuda alcançar os frutos. A sacola cheia chega a pesar 20 quilos, e é despejada em uma sacola maior que fica rente ao pé de laranja, conhecida como “Bag”, no final do dia caminhões passam recolhendo-a com a ajuda de um

guincho. Às vezes os trabalhadores preferem derrubar a laranja no chão com um gancho ou manualmente para que depois possam recolher, essa prática levou muitos a serem denominados “Catadores” de laranja. Esse modo de colheita era bastante usual quando o trabalho é realizado em parceria entre colegas, filhos e casais.

Os trabalhadores sem registro para as safras da região são bastante conhecido, (STOLCKE, 1985; SILVA, 1998, ALVES, 2008), muitos trabalhadores que hoje gozam dos direitos estabelecidos no contratado de trabalho, já trabalharam dessa forma. Seja porque ele simplesmente não existia, ou para testarem sua capacidade de adaptação ao trabalho, para ver se aguentariam como dizem.

Os trabalhadores com carteira assinada:

O trabalho com registro se popularizou entre os turmeiros e outros trabalhadores a partir dos anos 2000, foram várias lutas sociais e sindicais, para que a atuação do Ministério do Trabalho sobre a regularização dessa atividade fosse cumprida. Porém, a determinação da regulação também faz parte do contexto econômico do agronegócio que se estabeleceu de fato nos últimos 15 anos. A racionalização e controle das atividades fazem parte das novas perspectivas de produção.

Seguindo os dados da RAIS (Relação anual para o ano de 2010) temos para as cidades envolvidas nessa atividade (Araraquara, Bebedouro, Brotas, Matão e São Carlos) cerca de 4.571 trabalhadores devidamente registrados. A maior parte desses trabalhadores registrados moradores ou não dessas cidades são homens, têm entre 30 a 49 anos e majoritariamente possuem Ensino Fundamental Incompleto, e ainda cerca da metade ganham em média de um salário mínimo e meio a dois salários mínimos. A partir da comparação dos dados da RAIS, com os dados obtidos com o trabalho de campo realizado, observamos que esses trabalhadores quando não estão na safra da laranja, encontra-se em muitos trabalhos urbanos que em média pagam a mesma faixa salarial.

Alguns trabalhadores enfatizam que na colheita laranja é aberta a possibilidade de ganhos maiores, pois o que conta é a produtividade, assim há uma valorização entre os trabalhadores dessa ocupação em relação a outras.

O fato de possuírem majoritariamente o Ensino Fundamental Incompleto, é bastante significativo, assim lembrando a fala de Valentina (colhedora, 42 anos), temos a seguinte constatação: *“Olha na laranja não tem essas frescura se você tem*

estudo vai, se não tem também vai também". Para ela a "frescura" advém dos pré-requisitos estabelecidos pelos empregadores urbanos, nas áreas industriais, de serviço e comércio. É importante considerar que para esses trabalhadores com essa faixa educacional existe uma dificuldade em candidatar-se aos empregos oferecidos por esse setor. Ai o trabalho na colheita da laranja aparece como na fala de Izabel (turmeira, 42 anos), como uma forma de *escape*, ao desemprego.

Assim, lidamos com duas perspectivas no campo considerado por essa pesquisa, existe uma fração de trabalhadores que legitimam o argumento de Izabel e Valentina, considerando o trabalho rural como um "escape", como alternativa ao desemprego, e aquele que amplamente valorizam esse tipo de trabalho por outras motivações e demonstra até mesmo a preferência por tal em relação ao trabalho urbano, porém tais opiniões também são refeitas, repensadas, ao longo da trajetória ocupacional e de vida desses trabalhadores, o que demonstrou certas contrariedades e descontinuidades nos discursos dos entrevistados. Ora dizem preferirem o trabalho rural em relação ao da cidade, ora dizem faltar oportunidades, porém quando se empregam em trabalhos urbanos permanecem muito pouco, voltando para a safra da laranja nos meses seguintes.

Outro dado que também chama atenção ao considerarmos os dados da RAIS e do campo da pesquisa, é o número de trabalhadores na faixa etária dos 50 aos 64, de 65 à mais, e de 18 a 24. É possível confirmar por esse dado uma das tendências gerais do mercado de trabalho brasileiro, se consideramos a laranja como um "escape", como anteriormente citado.

Na faixa dos 18 aos 24 anos encontramos uma porção de jovem buscando seu primeiro emprego, é o caso de Josi (Migrante da região metropolitana de São Paulo, 22 anos, colhedora de laranja) e Fábio (19 anos, solteiro, filho de paranaenses, ex-colhedor de laranja)

"Logo que cheguei aqui eu deixei um monte de currículo, eu não tinha escolha, nunca tinha trabalhado, não tinha experiência em carteira, pois sempre trabalhei com meu pai, ai vamos tentar neh, o que aparecesse era lucro, nunca tinha capinado na minha vida, até hoje não sei, fazia cada buracão. Ai chamavam vamos para goiaba, então eu ia, vamos para a laranja eu também ia. Mas às vezes também te chamam para uma firma, mas ai você prefere voltar para laranja, sabe aquele pressão toda em cima de você" (Josi).

Segundo Pochmann (2007) "A emergência do desemprego estrutural entre os jovens torna mais distantes as possibilidades de constituição de trajetórias ocupacionais

e de vida vinculadas à ascensão social” (p.2). Assim, para o autor o processo de imobilidade social intrageracional e regressão intergeracional – isto é quando a posição da vida e trabalho do filho é inferior a dos pais – estão em curso na sociedade brasileira, o que reforça a necessidade de criação de políticas públicas capazes de inverter tal processo.

São muitos jovens na posição de Fábio e Josi, que após completarem o Ensino Médio ficam à deriva, muitos ainda depende das redes de relacionamento familiar para conseguir alguma colocação no mercado de trabalho. Somando a este processo de desemprego estrutural é verificada também a maternidade ou paternidade precoce. Josi, aos 22 anos já é mãe de uma menina de dois anos, o que colabora para sua expulsão do mercado de trabalho formal urbano e rural.

A outra ponta do processo está no incremento do número de trabalhadores (as) na faixa etária dos 50 aos 64 anos. Como demonstrado por Wajnman & et al (2004) como o avançar da idade verifica-se uma maciça expulsão pelos empregadores dos trabalhadores do mercado de trabalho industrial, de comércio e serviços. Porém, nos últimos anos, seguindo as autoras, essa população e a que se encontra já acima de 65 anos vem pressionando positivamente o mercado de trabalho. Considerando a média nacional.

Portanto, no processo de contratação, além de se considerar exame médico realizado pela empresa, da verificação das fichas do trabalhador, caso tenha feito safras anteriores, os trabalhadores com mais 60 anos que se candidatam são na maioria das vezes dispensados pelas empresas por considerarem não aptos para a atividade da colheita.

A aposentadoria para pelo menos quatro dos entrevistados dessa pesquisa não está no horizonte imediato, às trajetórias profissionais de Maria, João, Paraíba e Marlene, estando atreladas ao trabalho na roça sem registro é dificulta a contagem dos anos de contribuição. Alguns trabalhadores têm como alternativa se lançarem nas redes de parentesco e amizade como forma de encontrarem outras atividades que os prendam ao mercado de trabalho. Muitos trabalhadores na faixa dos 65 anos relatam que a necessidade de estar no mercado de trabalho também se relaciona ao arranjo familiar refeitos na migração.

Os trabalhadores sem carteira assinada

Seguindo dados de campo, o trabalho sem registro, ainda é bastante comum no bairro, ele atinge principalmente as safras cujo período é curto e cujas propriedades não estão vinculadas ao complexo sucroalcooleiro e de maneira restrita a safra de cítricos. As safras do café e goiaba são as que mais utilizam desse tipo de trabalho. Geralmente não existe uma empresa por trás das negociações entre turmeiro e trabalhador, e sim o fazendeiro ou médio agricultor. O número desses trabalhadores é quase impossível de ser conhecido, pois varia muito ao longo do ano.

Muitos desses trabalhadores são arregimentados depois que o período de contratação formal para safra de laranja já terminou. E atinge aqueles trabalhadores que nesse momento estavam em outras atividades produtivas e ficaram desempregados nesse meio tempo. Também é conhecido que boa parte dos safristas da laranja, no período do fim da colheita ao início da próxima, a entressafra, se vinculam a este tipo de trabalho sem registro a fim de custear o período, as quais estão sem trabalho.

Alguns turmeiros da laranja arregimentam esses trabalhadores sem contrato para complementar a turma e garantir o aumento da produtividade. Esses trabalhadores são conhecidos como *diaristas*. Mas geralmente os turmeiros que trabalham com contrato e carteira assinada se negam a levarem pessoas sem registro, por causa da fiscalização do Ministério do Trabalho. Os turmeiros que trabalham com esse tipo de turma, como dito anteriormente, são em sua maioria aqueles que prestam serviço para certos fazendeiros da região.

O número de trabalhadores sem carteira é quase impossível de quantificar, além de não possuírem nenhum dado que os identifique constituem uma porção sempre flutuante, pois como já foi dito anteriormente esse tipo de trabalho é considerado como “bico”. Por meio de observações de campo e relatos é possível estimar nos bairros quem compõe a Cidade Aracy, cerca de 100 trabalhadores nessa condição, e a grande porção está na colheita do café e da goiaba.

Mariana (39 anos, casada, 3 filhos), é natural do Paraná e migrou para São Carlos na década de 1990. Possui uma trajetória de vida marcada pelo trabalho rural, especialmente o trabalho “sem registro”. Já atuou na safra da laranja, do café e da goiaba e conta-me que na colheita da laranja prefere não ter registro, pois ganha-se mais do que quando é não registrado e também se pode mudar de atividade quando entender que as condições de trabalho não são boas ou continuar trabalhando enquanto melhores propostas não aparecem. O trabalho sem registro é visto como um “*bico*”, para quando não se está em um trabalho formalizado. Desde 2000 paga as parcelas do INSS como

autônoma para que algum dia essa contribuição conte nos anos de contribuição para a aposentadoria.

Fábio (18 anos, solteiro, filho de paranaenses), filho de Mariana, trabalhou com a mãe durante uma safra de laranja e uma colheita de café, nessa época estava à procura de seu primeiro emprego e se recusava ficar em casa enquanto a mãe ia para roça. Mariana ainda considerava que era melhor ele estar fazendo um “bico” com ela do que ficar em casa. Atualmente Fábio está trabalhando em uma fábrica de peça industriais da cidade e a mãe continua na safra do café. Essa safra arregimenta mais mulheres do que homens, a habilidade manual das mulheres é amplamente valorizada na colheita desse fruto, segundo Mariana essa safra depende da habilidade manual e delicadeza para não danificar a planta.

Ser trabalhador sem registro significa no caso não ter direitos ao seguro desemprego no final da safra e estar desprovido dos benefícios e auxílios oferecidos pelo contrato formal, como por exemplo, ter direito a descanso remunerado e ser protegido pelo INSS caso sofram algum tipo de acidente. Sigaud (1979), ao analisar o processo de segmentação a força de trabalho rural em Pernambuco, também verificou essa distinção, entre trabalhadores rurais com carteira considerados “fichados” e sem registro o que chamou de “clandestinos”.

Nesse caso, a segmentação da força de trabalho garantia a acumulação do capital do usineiro através do aumento da intensividade da força de trabalho, pois o clandestino que trabalha para o empreiteiro é comandado por sua disposição, assim, trabalhar segundo a disposição se opõe a trabalhar tendo um limite aquém da disposição, tendo uma média a ser superada.

Já entre os trabalhadores da laranja, a disposição é fundamental, a liberdade que dizem usufruir na roça, contrasta com a pressão pela produção. Assim o trabalho com e sem carteira tem suas vantagens e desvantagens, o primeiro resguarda ao trabalhador maiores ganhos, e o segundo maior segurança. É também através desse cálculo que os trabalhadores contrabalanceiam e fazem suas escolhas.

Para muitos migrantes as preferências pela formalização ou não do contrato de trabalho pode estar relacionada à suas trajetórias migratórias e estratégias de reconversões. O trabalho de campo demonstrou que os trabalhadores de alguma maneira fazem um cálculo sobre as condições e perspectivas de vida nesse trabalho e assim decidem se formalizam o contrato ou não. Há um espaço de ação e definição de trajetórias individuais pelo traçar de perspectivas nesse ou naquele trabalho.

Assim, as preferências pelo trabalho rural, especialmente o da colheita da laranja é dada pela “instabilidade” que o trabalho temporário oferece. Para as trajetórias migrantes encontrada no campo de interesse, o retorno aparece como elemento central nas trajetórias de vida.

Mesmo os contratos dos trabalhadores sendo firmados como de prazo “indeterminado” sabe-se que a safra ocorre de um determinado período e que entre os meses de dezembro a maio serão dispensados para serem recontratados no mês de junho, quando a safra inicia-se novamente. Durante cerca de 5 meses esses trabalhadores realizam “bicos” na cidade, geralmente aqueles relacionados a construção civil, no caso do homens, e aqueles relacionados ao trabalho doméstico como as diaristas, no caso das mulheres ou ainda atuam em outras culturas como da goiaba, do café e do eucalipto. Esses trabalhos permitem a manutenção do núcleo familiar na entressafra.

Porém, a cada dois anos estando submetidos ao contrato por tempo indeterminando e recolhendo o FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço), podem usufruir de três a quatro meses em seus lugares de origem. Uma das participantes dessa pesquisa coloca-me que caso os trabalhadores estejam vinculados a outros tipos de trabalhos formalizados pelo contrato por tempo “indeterminado” que realmente não se sabe quando será mandado embora, os mesmos só poderiam voltar para seus locais de origem nas “curtas férias” que vão de 20 dias a um mês, tornando a volta muito custosa, assim é preferível “voltar” a cada dois anos usufruindo do Seguro Desemprego.

Assim, para que os trabalhadores rurais migrantes do Paraná, Paraíba, Bahia e de tantos outros estados, possam realizar o retorno, tão essencial no curso de suas vidas, o trabalho rural aparece como alternativa na medida em que libera o trabalhador migrante das amarras do trabalho permanente, possibilitando idas mais constantes – mesmo que sejam a cada dois anos, ou ano “sim” e ano “não” como dizem – a seus locais de origem, as quais ainda mantêm contato.

Esses trabalhadores migrantes estão sempre na encruzilhada entre o trabalho formal rural, com registro e sem registro, entre o trabalho urbano que como no caso das diaristas e trabalhadores da construção civil pode ser com ou sem registro também. Para além dos determinantes macroestruturais que coloca essa população nesses trabalhos consideramos ação desses indivíduos no pensar vossas trajetórias de vida.

3. A pendularidade do trabalho rural no município de São Carlos

A pendularidade do trabalho tem sido amplamente estudada por pesquisadores que voltam suas análises para as grandes cidades brasileiras (CUNHA, 1993; ARANHA, 2005; OJIMA, OLIVEIRA, & PEREIRA 2007). Pensar o em torno, também conhecido como “Região Metropolitana”, desafia os pesquisadores a análises dos deslocamentos diários de sua população. O vai e vem rítmico, similar a um pendulo, opera esses deslocamentos diários. Esses deslocamentos diários caracterizaram a formação das chamadas “Cidades Dormitórios”, nas quais sua população somente toma a mesma como local de residência, pois as outras atividades, principalmente, econômicas e culturais, são realizadas em outras cidades. (OJIMA, et al 2007).

No contexto da Região Administrativa Central e de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, ao longo dos anos foi possível observar tal dinâmica. Silva (1998), ao estudar as migrações para essa região demonstrou que a população migrante que vem para o corte de cana dessas regiões, tendia a se concentrar nas chamadas periferias urbanas ou cidades dormitórios, como Guariba, Serrana e Dobrada.

No caso dos trabalhadores da colheita da laranja moradores da periferia de São Carlos a situação de pendularidade também é conhecida⁸, porém, diferentemente dos trabalhadores da Região Metropolitana de São Paulo, os trabalhadores rurais da laranja e outras culturas, não possuem relações direta com o ambiente cultural da cidade a qual se localiza a plantação, pois somente circulam entre a periferia de São Carlos e as roças, não possuem muito claro a dimensão espacial de onde estão e de onde colhem a laranja. A situação pendular somente é percebida quando o trajeto da casa à plantação é demasiadamente longo. Quando vivenciam a situação de “*Pegar estrada*”. Ao irem direto a plantação não possuem a dimensão definida de espaço. Não sabem se ainda aquela área rural pertence a São Carlos ou não.

Assim, o trabalho é pendular, porém as vivências cotidianas, ou os espaços de vida para além do trabalho são realizados entre o centro do município de São Carlos, especialmente a área comercial e a os bairros que compõem a região da Cidade Aracy. É nesse espaço que está à igreja, o campo de futebol, as poucas praças, o bar, a família, os vizinhos, os amigos, e os mercados a qual mais circulam.

⁸ A colheita é realizada nos municípios Itirapina, Brotas, Bebedouro, Matão, Araraquara, Ribeirão Bonito e nos distritos de Água Vermelha e Santa Eudóxia. Dado obtido pela pesquisa de campo.

Segundo João Carlos (54 anos, turmeiro), é o fiscal da empresa que decide para onde vão. Os trajetos geralmente não passam de uma hora e meia. Durante a safra os trabalhadores chegam a colher laranja e muitos municípios, a circularidade depende do tamanho da fazenda e da disponibilidade das turmas que lá colhem. Numa mesma fazenda existem muitas turmas, moradores ou não dos bairros da região da Cidade Aracy.

No tempo de deslocamento alguns trabalhadores vão jogando, outros conversando, e muitos dormindo. Porém, são muitas as mulheres que nesse tempo se dedicam ao fazerem artesanatos para venderem e assim complementarem a renda ou simplesmente por distração. A atividade favorita é a realização de toalhas de crochês. Uma das participantes da pesquisa mostra-me várias bonecas que faz durante o trajeto da casa a roça, a saia da boneca é feita de crochê, a armação, ou o corpo é feito de garrafa PET, e a cabeça é comprada pela cunhada, *sacoleira*, na Rua 25 de Março em São Paulo. Essas bonecas são vendidas as colegas de trabalho e as vizinhas. O ato de fazer boneca parece ativar a subjetividade feminina em meio ao duro ambiente de trabalho, caracterizado pela roupa, utensílios e da própria atividade.

Esses deslocamentos diários e gestão do tempo gasto neles fazem parte do cotidiano desses trabalhadores rurais, porém pelo fato de não manterem nenhum contato com o ambiente cultural da cidade a qual fazem a colheita não a vivenciam, não criam identificação alguma com esses espaços a qual circulam diariamente. Como moram em São Carlos e não acessam de fato a área urbana que identifica as cidades a qual colhem a laranja, vivenciam até mesmo uma continuidade dos espaços, quando, por exemplo, os trabalhadores desviam a atenção a outras atividades no trajeto dos bairros ao trabalho.

4. Identidades sociais entre trabalhadores “migrantes”: entre o trabalho rural e o urbano

Vale ainda dizer que os agentes sociais da migração, “os migrantes” não se autodenominam enquanto tais, mas como trabalhadores, colonos, pequenos proprietários, serventes de pedreiro, moradores, garimpeiros, enfim, como sujeitos que, para garantir a própria sobrevivência e de sua família, produzem estratégias, tanto no “lugar de origem”, como no “lugar de destino”. Eles não são agentes passivos dos fatores de “expulsão” ou “atração”, mas participam ativamente de um processo, que não é exatamente o processo migratório, mas sim o de reprodução das suas condições de vida (MENEZES & SILVA, 2007, p.4) grifos meus.

Ao abrirmos essa seção com esta citação queremos chamar a atenção para a homogeneização que se tem feito ao longo dos estudos sobre migração a esses trabalhadores, colonos, pequenos proprietários, pedreiros, colhedores de laranja, entre outros sobre denominação “migrante”. Assim concordamos com as autoras que os agentes da migração, os migrantes, possuem subjetividades e identidades diversas, seja elas regionais ou marcadas pelo mundo do trabalho. Eles não são uma massa homogênea como categoria “migrante” pode sugerir-nos.

Segundo Hall (1995) parte dos estudos sobre identidade mostram que ela decorre da interação entre o *Self* (indivíduo) e a sociedade: o mundo cultural que rodeia os indivíduos é essencial para que as identidades sejam formadas.

O fato de projetarmos “nós mesmos” nestas identidades culturais, ao mesmo tempo internalizando seus significados e valores, fazendo-os “parte de nós mesmo”, auxiliando-nos a alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. Ela estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos que eles habitam, tornando os dois reciprocamente mais unificados e previsíveis (op.cit., p.11).

As dimensões sociais e individuais estão sempre em consonância no processo de produção das diferenciações sociais. O exercício cotidiano da identidade eleva estas duas dimensões, como colocado, pelo elucidativo exemplo de Brandão (1986, p.39) “um menino caboclo das matas do Norte aprende a ser “si mesmo”, uma pessoa, um outro Pedro, Pedro Garcia, misturando os sentimentos e a consciência que brotam de suas trocas afetivas com os seus pais e irmãos, com o emaranhado que o faz aprender a crescer reconhecendo-se também: “caboclo” “filho de bugre”, “pobre” e “analfabeto””.

As diferenciações sociais pautadas pela identidade propõem relações dotadas de conflito; como sugeriu Brandão (1986, p.42) “são representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro, não apenas o produto inevitável da oposição contraste, mas o próprio reconhecimento social da diferença” a partir desta perspectiva tem-se um processo dinâmico e aberto ao rol de possíveis arranjos de tensões e manipulações.

Desde Marcel Mauss (1923), e *noção de pessoa* entendemos que a especificidade das identidades pressupõe um processo histórico longo e complexo, na qual as relações sociais se desenvolvem, neste sentido, a identidade não é uma

construção aleatória e está vinculada a determinados elementos estruturais e culturais ligados ao tempo e espaço vivido. Especialmente aos “espaços de vida”. (DOMENACH & PICOUET,1990).

O que marca as identidades dos trabalhadores rurais migrantes paraibanos, pernambucanos, mineiros a qual se dedica esse trabalho é: 1) a circularidade entre o trabalho rural e o trabalho urbano precário, ou que exige pouca qualificação e 2) as localidades que esses trabalhadores rurais chamam de local de origem, que nem sempre é relacionado ao local de nascimento, e que os garante identidades regionais fugindo do que chamam “ser paulista”, cujas características são o sotaque puxando o “R”, a arrogância no trato pessoal caracterizado pelo não dizer “bom dia ou boa tarde”, a individualidade do “meu” e festas pouco animadas.

Como dito ao abrir esse texto a condição de trabalhador (a) rural urbano, muitas vezes, deriva da impossibilidade de inserção nas atividades do setor de serviço e industrial; das condições de trabalho valorizadas nas roças de laranja em detrimento as condições dos trabalhos urbanos; e por último da relação anterior com o campo que muitos migrantes possuem e que marcaram profundamente suas identidades individuais.

A impossibilidade de inserção está na baixa escolaridade desta população, que em média possuem ensino fundamental incompleto⁹, e na incapacidade do próprio setor, nesta cidade, de absorver economicamente sua população. Porém muitos trabalhadores e trabalhadoras quando questionados sobre qual trabalho preferem, dentre os disponíveis aos mesmos, dizem preferir os trabalhos rurais, dada as condições de trabalho. E uma possibilidade de gerirem a certa instabilidade que o trabalho rural na cidade proporciona a seu favor.

Como colocado na seção anterior, o trabalho temporário possibilita o acúmulo de renda em um determinado período e a possibilidade de gastos em outro, principalmente nos locais de origem desses trabalhadores, pois apesar de constituírem população permanente nos bairros de Cidade Aracy é habitual a ida uma vez a cada dois anos as cidades de origem.

É o caso de Cilene que há 12 anos emprega-se na safra da laranja e volta a sua cidade de origem a cada dois anos, pelo fato de ter o seguro desemprego. Em sua trajetória ocupacional os trabalhos rurais e urbanos sempre estiveram presentes, antes de

⁹ Dado coletado a partir da pesquisa de campo e verificado pelos dados fornecidos pelo Ministério de Trabalho - RAIS (Relação anual de informações sociais) 2010.

emprega-se definitivamente na laranja trabalhou no corte de cana na Zona da Mata pernambucana, e de empregada doméstica na cidade de São Carlos.

“prefiro trabalhar na laranja de que empregada doméstica, pois lá, quando se está cansado você pode dormir debaixo do pé, e trabalha quando quer, o importante é manter a produtividade, mas é você quem faz seu tempo, é menos pressão, meu marido esses dias conseguiu entrar na Eletrolux, mas voltou para roça porque, já está velho, e lá ele ficava sozinho cuidando de três máquinas, na laranja é mais sossegado.”

Durham (1984) ao analisar migrantes rurais para cidade de São Paulo esclarece que o emprego industrial nem sempre se apresentava com ideal ocupacional aos migrantes, e sim a possibilidade futura de realização do trabalho ideal, por conta própria, *“arribar o negócio”*.

Vê-se, portanto, que a grande objeção contra a mudança consistia justamente nessa característica da atividade produtiva, o trabalho *“com horário certo”*. A regulamentação precisa do tempo simboliza, assim, a perda da autonomia que enobrece o trabalho, caracterizando-o como trabalho livre (DURHAM, 1985, p.164).

Muitos dos participantes dessa pesquisa valorizam o ritmo de trabalho que dispensa a pressão da gerência e fortalece os laços de sociabilidade entre os colegas de trabalho. João Carlos, turmeiro, ao rever sua própria trajetória traça explicações para os 30 anos que se encontra na atividade rural na cidade.

“Tem ano que todos os homens que eu contrato estão em serviços na cidade, ontem mesmo um desistiu da laranja, porque arranhou um emprego de segurança, mas é comum, esses que largam a laranja no meio da safra voltarem, porque muitas vezes o serviço lá não dá certo, ou porque consideram aqui ser melhor. Eu antes de ser turmeiro, quando cheguei em São Carlos nos anos de 1975, trabalhei para os Pereiras Lopes, na CBT, mas as condições eram tão ruins, que decidi fazer a Safra, que era melhor que o trabalho nesta firma”

Por último a relação anterior com a roça também, soma-se aos dados de campo, quando os participantes são questionados sobre a inserção no trabalho rural e os porquês da preferência a este tipo de trabalho nesta cidade. Mesmo quando trabalharam anos na construção civil, indústria ou comércio.

Viver *“de roça na cidade”* é positivado, por representar um retorno às primeiras atividades no local de origem. Para muitos não é o trabalho urbano que positiva a

cidade, mas a estrutura social – acesso a direitos sociais e consumo – que nela se encontra.

A trajetória migratória de Paulo (33 anos, nascido em Brumado-BA, morador do bairro de Cidade Aracy II), por exemplo, é marcada por diversos deslocamentos, a partir de 1986, quando seu pai “sumiu no sertão” deixando sua mãe com 7 filhos para criar .

“Antes de trabalhar em comércio eu trabalhei em vários estados, como Minas Gerais, donde herdei o sotaque “mineiro”, pois acho o mais bonito de todos que conheci, nas minhas andanças”.

A valorização de aspectos da cultura de outras localidades é presente na trajetória dos migrantes que chegam aos bairros de Cidade Aracy II e Antenor Garcia na década de 1980, 1990 e 2000. Os diversos deslocamentos ora os distanciam dos seus locais de origem, ora os aproximam. Paulo, ao mesmo tempo em que agrega elementos da identidade mineira, possui uma casa de comércio, denominada “Do norte”, onde reconstituiu o espaço cultural outrora deixando.

“Aqui vendo de tudo um pouco, e o que não vendemos nós comemos e compramos outras coisas para vender, trabalho com a demanda, mas prefiro ter um pouco de tudo, doce de buriti, cana, pingas diversas, inclusive a Pitu, a mais vendida, tempero, farinha grossa e fina, feijão de fava, corda e andu, ainda tenho a parte do sacolão com fruta, abóbora, batata, tomate, gosto de coisas de diversas localidades do Piauí, Bahia, Sergipe, Pernambuco entre outros”

A identidade desse e de outros migrantes se constrói na dinâmica de seus deslocamentos, o acúmulo de referências o faz enquanto Baiano de sotaque mineiro e dono de uma “Casa do Norte” e Sacolão – denominação paulista interiorana de mercado de frutas.

Cilene (38 anos migrante do Pernambuco, colhedora de laranja), se define enquanto pernambucana trabalhadora rural em São Carlos, mesmo circulando entre as atividades laborais urbanas, como empregada doméstica, auxiliar de limpeza. A vida em Palmares-PE é positivada pelas festas e por sua gente. O retorno para visitar a família é também o reencontro com a vida anterior que a definia enquanto trabalhadora rural da cana. Voltar depois dos “lucros” auferidos na cidade modifica as relações sociais em torno desse indivíduo.

Marcinho (23 anos, Paraibano, na laranja há 5 anos), viu no assalariamento rural urbano a possibilidade de modificar sua condição de vida no local de origem. A

migração representou a esse trabalhador o ritual de passagem da adolescência para vida adulta, marcando a construção de sua própria masculinidade, via características que consideram necessária a tal, como poder sustentar um núcleo e ajudar a família extensa.

Silva (2006), ao estudar redes migrantes no Cid. Aracy, considerou que a noção da própria origem indicava múltiplos deslocamentos e pertencimentos, portanto, conceituar origem como local de nascimento tornava problemático, pois:

Embora houvesse ali fluxos migratórios comuns, não se tratava de um percurso único, ou seja, não eram nordestinos em São Carlos; eram baianos que foram para o Paraná e que se diziam paraenses em São Carlos; eram nordestinos que moravam vinte anos na capital paulista; eram filhos de mineiros que foram para o Paraná, moraram anos de sua vida no Mato Grosso e que, enfim, eram paranaenses em São Carlos. (SILVA, 2006, p. 45)

Os migrantes quando questionados sobre seus locais de origem levam em consideração um conjunto de fatores que não necessariamente se encontram atrelados ao local de nascimento. Neste campo, as representações de nordestinos, mineiros e paranaenses eram diversas e deveriam ser também consideradas.

Os nordestinos, eram reconhecidos como *mal-sucedidos*, pois: “eram geralmente, os quais trabalhavam na safra de cana e da laranja, moravam nas piores ruas do bairro, tinham casas na maioria das vezes mal-acabadas; geralmente não tinham nenhum nível de instrução formal, e muitas vezes haviam morado em favelas da capital paulista antes de se mudarem para São Carlos”(SILVA, 2006, p.18). Os paranaenses estavam envolvidos em trabalhos urbanos e a identidade destes relacionava-se ao uma trajetória de sucesso migratório.

Para Silva *ser paranaense* ou *ser nordestino* era uma categoria social de classificação que envolvia representações presentes no bairro que estavam para além do local de nascimento. “Mesmo migrantes não paranaenses poderiam ser apontados como paranaenses por outros que os viam incluídos no que era ser paranaenses. Da mesma forma, poderia haver nordestino que não correspondia ao que era *ser nordestino*, e poderiam se aproximar mais do que era ser paranaense” (SILVA, 2006, p.105).

O que Silva (2006), não percebeu foi que este critério de classificação dependia da situação a qual se desenrolava a relação social no bairro; o jogo das identidades é importante para convivência nesse espaço. O tempo de residência na cidade de São Carlos e em outras cidades do próprio estado de São Paulo também operava estas

identidades. Nordestinos, paranaenses, mineiros e paulistas, encontram-se distribuídos nos bairros considerados conforme ordem de chegada e dada à própria expansão do bairro e o esgotamento de algumas áreas. Não estão concentrados em “guetos” como o trabalho de Silva (2006) parece indicar.

O argumento de Silva (2006), que o bairro se divide entre *os bem-sucedidos* e *os mal-sucedidos*, desqualifica a própria trajetória social e de desenvolvimento das áreas as quais estes sujeitos foram expulsos. Nesse caso, como já citado, estar na “*roça*” – e não nos *empregos urbanos* – não é sinônimo de sucesso ou fracasso.

É comum entre os trabalhadores (as) rurais da laranja uma grande circulação entre os trabalhos rurais e urbanos pouco especializados, impossibilitando assim a designação de uma identidade que se forma pelo trabalho, pois a inconstância profissional desprende-os de um compromisso formal com a atividade, são poucos os trabalhadores paraibanos, mineiros, pernambucanos entre outros, considerados nessa pesquisas, que nunca se aventuraram pelo trabalho urbano e voltaram para o trabalho rural, ou que estabeleçam idas e vindas constantes pelo mundo do trabalho.

Se entre alguns trabalhadores existe alguma possibilidade de identificação pelo trabalho rural certamente não é pelas categorias que usualmente os identificaram ao longo da história, como “Bóias-frias”, “Queima-latas”, “Pau de arara”, ou “birolos” (STOLCKE, 1986). Alguns trabalhadores como Paraíba (56 anos, turmeiro) e Cilene (39 anos, colhedora de laranja), se afirmam pela categoria genérica de trabalhadores rurais. Há uma recusa generalizada pelo uso dos termos acima citados, principalmente o “bóia-fria”, mais popular nessa região.

Esses termos referem à condição precária da categoria, como mostrado por Stolcke (1986), porém não são recebidos pelos trabalhadores como forma correta de identificarem.

A qualidade de sua comida, seu modo de transporte e suas roupas, os quais são todos fontes de aguda vergonha (...) embora todos esses termos descrevem acuradamente sua situação, os trabalhadores se ressentem intensamente se outros utilizam, pois são vistos com símbolos de subordinação. Eles mesmos podem brincar a respeito de sua miséria (...) mas vindas de superiores, essas designações são recebidas com profundo ressentimento, pois são sentidas como expressão de desprezo (STOLCKE, 1986, p.259)

A brincadeira com esses termos é utilizada pelos trabalhadores rurais como forma de causar-lhe constrangimento, ou até mesmo chamar a atenção para a valorização de sua atividade, na tentativa de formação de alguma consciência de categoria. Alice (50 anos, trabalhadora rural), conta-me:

“um dia estava no banco lá em Porto Ferreira, assim com a roupa de trabalho, meio suja, entrou um colega, todo arrumadinho, ai ele fez que não nos viu, então eu gritei, eih! moço não tá conhecendo a agente não? lá da roça”

Josi (22 anos, ex- colhedora de laranja), possui uma trajetória vida que não é marcada pelo trabalho rural, filha de pais paraibanos comerciantes atuou com os mesmos desde crianças em Embu das Artes – Região metropolitana de São Paulo. Migraram em 2005 para São Carlos e nessa cidade experimentou pela primeira vez o trabalho rural, iam para roça a mãe e a filha, em uma das safras o pai também foi, porém foi até “arribar seu comércio” um bar numa avenida central do bairro Cidade Aracy I. Josi conta-me que se para ela existia algum preconceito em relação ao trabalho rural, esse deixou de existir dada necessidade de sobrevivência.

Quando ela ia para a roça, causava muito ciúmes entre as mulheres, pois era mais nova, ia de brinco e batom, nunca ia sem se arrumar antes. Em uma das discussões que se envolveu na roça ela lembra que uma das mulheres envolvidas gritou com ela dizendo:

“Você ainda vai se casar com bóia-fria! para deixar de ser metida” e a outra ainda afirmou *“Você tem preconceito com bóia-fria, mas é bóia-fria como nós”*.

Mesmo afirmando que não tinha nenhum preconceito, Josi, conta-me que somente foi aceita no grupo quando começou a namorar Robson, colega de grupo e mais popular. Mostrando a todos que não tinha preconceito, que não se importava se a pessoa era bóia-fria ou não.

Assim, quando questionando sobre suas identidades, os trabalhadores (as) nunca se referem enquanto bóias-frias, porém, entre eles, quando necessário ativam essa categoria como forma de lembrar ao outro trabalhador sua condição quebrando algumas hierarquias do grupo, como no caso de Josi, não se intimidam em usá-la.

Assim entendemos que ao demonstrar essas fraturas na identidade sociais desses trabalhadores migrantes conseguimos de alguma forma tatear os temas que os atingem.

Essas identidades formadas no bojo do processo migratório de mineiros, baianos, nortistas e até mesmo bóias-frias, carregam significados múltiplos e designam modo de vida, negando ou afirmando características que utilizam para identificar-se socialmente. Caracterizando assim um verdadeiro jogo de identidades, em prol da transformação de suas condições de vida.

Bibliografia:

ALVES, F. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro. São Carlos: EdUFSCAR, 2008, p. 21-54.

ARANHA, V. (2005) Mobilidade pendular na metrópole paulista. Revista São Paulo em Perspectiva, v.19, n.4, p.96-109, out./dez.2005.

BRANDÃO, C. R. Peões, pretos e congos: Trabalho e identidade étnica em Goiás. Editora: Universidade de Brasília. 1977

----- Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense. 1986.

ELIAS, E; e SCOTSON, J. L.; Os estabelecidos e os *outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.Editor, 2000.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. Notas de Población, Santiago de Chile, CELADE, n.49, 1990.

DURHAM, E. R. A caminho da cidade. São Paulo: Perspectiva, 1973.

CUNHA, J.M.P.da.Migração pendular, uma contrapartida dos movimentos populacionais intrametropolitanos: o caso do Município de São Paulo. Conjuntura Demográfica, São Paulo, Fundação Seade, n. 22, jan. /mar. 1993.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. DP&A, Rio de Janeiro 2002.

MAUSS, Marcel. A noção de pessoa. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP/EPU. (1974) {1923-23}.

MENEZES, M. A. de. Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

NOVAES, J. R. P. Trabalho nos canaviais os jovens entre a enxada e o facão. In: RURIS, Vol. 3, n.1. Março de 2009.

SILVA, M. A. de. Errantes do fim do século. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

_____ Mortes e acidentes nas profundezas no Mar de Cana e dos laranjais paulistas. In:Interfaches – Revista de Gestão Integrada em Saúde do trabalho e Meio Ambiente – V.3.n.2.Artigo 1, Abril-Agosto de 2006.

_____.& MENEZES, M. A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. 2007. Disponível em: <[http: www.nead.org.br](http://www.nead.org.br)>.

STOLCKE, V. Cafeicultura. Homens, mulheres e capital. (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

SIGAUD, L. Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo : Livraria Duas Cidades, 1979.

SILVA, V. F. da. Migração e redes sociais: trajetórias, pertencimentos e relações sociais de migrantes no interior de São Paulo. – Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2006.

OJIMA, R.; SILVA, R. B.; PEREIRA, R. H. M. . A mobilidade pendular na definição das cidades-dormitório: caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira. Cadernos PUR/UFRJ (Cessou em 1989), v. 21, p. 111-132, 2007.

POCHMANN, M. Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil. Disponível em: www.emater.mg.gov.br. 2007.

WAJNMAN, S; OLIVEIRA, A M. H. C; OLIVEIRA E. L. de. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e Conseqüências. In: CAMARANO, A. A. (org.). Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.